



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE BACHARELADO EM LETRAS

RAISSA NASCIMENTO DOS SANTOS

Entre vozes e memórias: ponto de vista e referenciação na "Escalada da Repressão" do
Memorial da Democracia de Pernambuco

Recife
2025

RAISSA NASCIMENTO DOS SANTOS

Entre vozes e memórias: ponto de vista e referência na "Escalada da Repressão" do
Memorial da Democracia de Pernambuco

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Bacharelado em Letras da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em Letras com ênfase em Linguística.

Orientadora: Suzana Leite Cortez

Recife
2025

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE**

Santos, Raissa Nascimento dos .

Entre vozes e memórias: ponto de vista e referenciação na "Escalada da Repressão" do Memorial da Democracia de Pernambuco / Raissa Nascimento dos Santos. - Recife, 2025.

56 : il.

Orientador(a): Suzana Leite Cortez

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Letras - Bacharelado, 2025.
Inclui referências, apêndices.

1. Ponto de vista. 2. Referenciação. 3. Memória. 4. Ditadura militar. 5. Memorial da Democracia de Pernambuco. I. Cortez, Suzana Leite. (Orientação). II. Título.

410 CDD (22.ed.)

RAISSA NASCIMENTO DOS SANTOS

Entre vozes e memórias: ponto de vista e referência na "Escalada da Repressão" do Memorial da Democracia de Pernambuco

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Letras com ênfase em Linguística.

Aprovado em: 12/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Suzana Leite Cortez (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Maria Sirleidy de Lima Cordeiro

Fundação Getúlio Vargas - Escola de Comunicação, Mídia e Informação

Prof. Me. Gabriel do Nascimento Santana

Universidade Federal de Pernambuco

Às Marias e Clarices que sonharam um Brasil mais
justo.

AGRADECIMENTOS

Em um trabalho que discute memória, não poderia deixar de registrar aqui as pessoas que permanecem vivas na minha própria memória e que tornaram este percurso possível.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus. Ele sempre esteve comigo e foi a minha força para seguir. Foi Ele quem me fez compreender que confiar minha vida às Suas mãos é a melhor escolha que posso fazer. Agradeço também à Sagrada Família de Nazaré, que acolheu cada um dos meus pedidos, cartas e orações ao longo desse caminho.

Agradeço à minha família, que tanto amo. Ao meu pai, Ailton, pela proteção e apoio constantes. À minha mãe, Marta, pelo carinho, pelos conselhos e pela ternura diária. Ao meu irmão, Charles, pela coragem e determinação que sempre me inspiraram. Ao meu irmãozinho de quatro patas, Koda, pela companhia silenciosa e pelo conforto nos dias difíceis. A ajuda de vocês é parte essencial da minha jornada não só como pesquisadora, mas como pessoa. Todos os sacrifícios que fizeram por mim para que eu chegassem até aqui jamais serão esquecidos.

Agradeço às minhas turkeys – Bianca, Camila, Cecilya, Kaylane, Raquel e Vitória – pelos abraços, pelas conversas e por caminharem ao meu lado. Nossa amizade, que nasceu nas tardes tranquilas de 2022, permanece firme até hoje. Para vocês, dedico os versos de Marisa Monte: “Nós fizemos história, para ficar na memória e nos acompanhar”. Quero que vocês sejam muito felizes e que possamos dividir mais momentos.

Aos professores Tiago Breunig e Marco Bonfim, agradeço pela confiança, apoio e carinho. Vocês foram coordenadores incríveis e sempre acreditaram em mim.

Agradeço à minha orientadora, Suzana, pelas leituras que partilhamos e pela sua descoberta da teoria do PDV durante o mestrado, que abriu caminhos fundamentais para a realização desta pesquisa.

Agradeço também à banca avaliadora, Maria Sirleidy de Lima Cordeiro e Gabriel do Nascimento Santana, pela leitura atenta, pela disponibilidade e por aceitarem participar deste momento tão importante para mim.

Agradeço à equipe do Memorial da Democracia de Pernambuco, cujo trabalho inspira pela dedicação em recuperar e transmitir memórias de períodos tão sensíveis da história do estado, especialmente no contexto da ditadura militar. Agradeço, ainda, o acolhimento e a generosidade com que fui recebida em minha visita ao espaço.

Por fim, agradeço aos amigos que o Bacharelado me deu: Gabriel, Caribé e Estela. Da sala de aula aos corredores, vocês se tornaram grandes companheiros. Nossas trocas, risadas e leituras me ajudaram a chegar até aqui. Torço muito por vocês e recordo de cada um com enorme carinho.

*memórias
silenciadas
esquecidas
inconscientes
não ditas
imaginadas*

*a memória é um infinito
arquivo de lembranças,
imagens e sentimentos.*

*não há história
sem memória.*

Memorial da Democracia de Pernambuco

RESUMO

O Memorial da Democracia de Pernambuco (MDP), fruto dos trabalhos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara, reúne em seu acervo a linha do tempo “Escalada da Repressão”, que apresenta acontecimentos centrais da ditadura militar no Brasil (1964-1985), com ênfase no contexto pernambucano. A partir desse *corpus*, esta monografia tem como objetivo investigar quais memórias são organizadas e mobilizadas pelo MDP na referida linha do tempo, observando quais pontos de vista (PDV) são construídos e atualizados por meio dos mecanismos de referenciamento. Teoricamente, o estudo se ancora nas proposições de Cortez (2003, 2011, 2022) e Rabatel (2016) para a definição do PDV e de suas operações enunciativas, compreendidas como formas de posicionamento e orientação interpretativa inscritas no texto. Para a análise das estratégias referenciais, mobilizamos Koch (2015, 2022), especialmente no que se refere à referenciamento como atividade discursiva e aos tipos de memória sociocognitiva envolvidos na construção dos objetos de discurso. Essas memórias, responsáveis pela organização e armazenamento dos saberes que temos sobre o mundo e sobre nossas vivências, são observadas em articulação com os modos como o MDP estrutura, seleciona e hierarquiza os eventos da ditadura. Além disso, torna-se fundamental dialogar com os estudos histórico-filosóficos da memória, que, em contraste com a memória sociocognitiva, compreendem a memória como construto social, responsável por conservar, atualizar e disputar sentidos sobre o passado. Autores como Halbwachs (2013, 2022), Ricoeur (2007), Nora (1993) e Huyssen (2014) auxiliam a compreender como lembranças coletivas são socialmente produzidas, institucionalizadas e disputadas, especialmente no contexto de políticas de memória e justiça de transição, das quais o MDP é um desdobramento direto. Metodologicamente, adotamos uma abordagem qualitativa, que combina a análise discursiva dos textos da linha do tempo com a interpretação histórica dos acontecimentos apresentados. Pergunta-se, assim, que versões do passado são legitimadas, quais atores são postos em evidência e de que maneira o MDP organiza a memória da repressão no estado de Pernambuco. Buscamos compreender como a “Escalada da Repressão” constrói determinadas representações da ditadura militar e orienta o visitante para modos específicos de interpretar esse período. Ao final, pretende-se demonstrar que o MDP, ao articular mecanismos de referenciamento e operações de PDV, desempenha um papel ativo na produção e na circulação de memórias sobre a ditadura, contribuindo para a consolidação de narrativas públicas que disputam sentidos sobre o passado autoritário brasileiro.

Palavras-chave: Ponto de vista; Referenciamento; Memória; Ditadura Militar; Memorial da Democracia de Pernambuco.

ABSTRACT

The Memorial da Democracia de Pernambuco (MDP), created by the work of the State Memory and Truth Commission Dom Helder Câmara, includes in its collection the timeline “Escalada da Repressão”, which presents key events of the Brazilian military dictatorship (1964-1985), with particular emphasis on the Pernambuco context. Based on this corpus, this monograph aims to investigate which memories are organized and mobilized by the MDP in this timeline, examining the points of view constructed and updated through referential mechanisms. Theoretically, the study is grounded in the propositions of Cortez (2003, 2011, 2022 [2005]) and Rabatel (2016) for defining point of view and its enunciative operations, understood as forms of positioning and interpretive orientation inscribed in the text. For the analysis of referential processes, we draw on Koch (2015, 2022 [2005]), particularly regarding referentiation as a discursive activity and the types of sociocognitive memory involved in the construction of discourse objects. These memories – responsible for organizing and storing the knowledge we hold about the world and our experiences – are examined in articulation with the ways in which the MDP structures, selects, and hierarchizes events of the dictatorship. In addition, it is essential to engage with historical-philosophical studies of memory, which, in contrast to sociocognitive memory, approach memory as a social construct responsible for preserving, updating, and contesting meanings about the past. Authors such as Halbwachs (2013, 2022), Ricoeur (2007), Nora (1993) and Huyssen (2014) help elucidate how collective memories are socially produced, institutionalized, and disputed, especially within the context of memory policies and transitional justice, of which the MDP is a direct outcome. Methodologically, the research adopts a qualitative approach that combines discursive analysis of the timeline’s texts with historical interpretation of the events presented. We ask, therefore, which versions of the past are legitimized, which actors are highlighted, and how the MDP organizes the memory of repression in the state of Pernambuco. We seek to understand how the “Escalada da Repressão” constructs specific representations of the military dictatorship and orientates visitors toward particular ways of interpreting this period. Ultimately, the study intends to demonstrate that the MDP, by articulating referential mechanisms and PDV operations, plays an active role in producing and circulating memories of the dictatorship, contributing to the consolidation of public narratives that dispute meanings surrounding Brazil’s authoritarian past.

Keywords: Point of view; Referentiation; Memory; Military Dictatorship; Memorial da Democracia de Pernambuco.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

AI-5 - Ato Institucional nº 5

CEMVDHC - Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara

e2 - Enunciadores segundos

e2 - Enunciador segundo - Miguel Arraes

L1/E1 - Locutor/Enunciador primeiro - MDP

l2/e2 - Locutor/enunciador segundo - Darcy Ribeiro

LT - Linguística Textual

MCT - Memória de curto termo

MDP - Memorial da Democracia de Pernambuco

MLT - Memória de longo termo

PDV - Ponto de Vista

T9 - Texto referente à legenda nº9 da linha do tempo

T11 - Texto referente à legenda nº11 da linha do tempo

T15 - Texto referente à legenda nº15 da linha do tempo

T16 - Texto referente à legenda nº16 da linha do tempo

T21 - Texto referente à legenda nº21 da linha do tempo

T33 - Texto referente à legenda nº33 da linha do tempo

T34 - Texto referente à legenda nº34 da linha do tempo

SUMÁRIO

1 O ESQUECIMENTO E A MEMÓRIA EQUILIBRISTA: UMA INTRODUÇÃO	12
2 FIOS TEÓRICOS: ENTRELACAMENTOS ENTRE MEMÓRIA E TEXTO	18
2.1 Estudos de memória	18
2.2 Estudos do texto	21
2.2.1 Ponto de vista	22
2.2.1.1 PDV representado	24
2.2.1.2 PDV narrado	25
2.2.1.3 PDV afirmado	25
2.2.2 Referenciação	26
3 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	29
3.1 Procedimentos metodológicos	29
3.2 Contextualização do <i>corpus</i> de análise	31
3.2.1 Ditadura militar em Pernambuco	31
3.2.2 Memorial da Democracia de Pernambuco	33
4 ESCALADA DA REPRESSÃO EM ANÁLISE	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE A - Fachada do Memorial da Democracia de Pernambuco	51
APÊNDICE B - Fotografia da sala “Alma pernambucana”	52
APÊNDICE C - Fotografia da sala “Resistência e insubmissão”	53
APÊNDICE D - Fotografia da sala “Lutas contra a escravidão e pela liberdade”	54
APÊNDICE E - Fotografia da sala “Direitos, educação e cultura para todos”	55
APÊNDICE F - Placa de apresentação da sala “Responsabilização e reparação”	56

1 O ESQUECIMENTO E A MEMÓRIA EQUILIBRISTA: UMA INTRODUÇÃO

O título desta seção, “O esquecimento e a memória equilibrista”, é uma evocação direta da música “O bêbado e a equilibrista”¹, eternizada na voz de Elis Regina. Mais do que uma referência estética, a metáfora da equilibrista funciona como um fio condutor para a reflexão proposta: assim como a esperança, cantada de forma quase frágil em meio à repressão da ditadura militar, a memória sobre esse período também se sustenta com esforço sobre uma corda bamba no presente.

De 1964 a 1985, os brasileiros viveram “a História de um tempo no qual a exceção e as violações dos direitos humanos foram palavras de ordem no Brasil” (Pernambuco, 2017, p. 29). Instalada por meio de um golpe civil-militar, a ditadura foi responsável por graves atos antidemocráticos, incluindo prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos, assassinatos e exílios, além de estratégias sistemáticas de censura e silenciamento político. O controle social exercido nesse período também se manifestava como controle narrativo, a partir da imposição de uma memória oficial que legitimava o regime como uma revolução anticomunista (Fiorin, 1988; Motta, 2021).

Essa versão dos acontecimentos foi amplamente difundida por meio de diversos gêneros textuais, como discursos presidenciais e documentos oficiais, além de ser reproduzida por mídias alinhadas ao regime (Motta, 2021). Na tentativa de naturalizar essa nomenclatura e sua carga simbólica, esses textos contribuíram para a construção de uma memória hegemônica que suavizava as práticas de censura, tortura e repressão. Acontece que essa manipulação discursiva estimulou também um duplo silenciamento.

Como destaca Severino Silva (2024), o regime instaurou um projeto de centralização que concentrou a produção e a circulação das mídias no Sudeste, o que reforçou a marginalização de estados nordestinos, como Pernambuco, que já vinham ocupando uma posição historicamente secundarizada nas estruturas políticas e econômicas do país. Observa-se, assim, o duplo silenciamento: de um lado, pela repressão ditatorial que censurava e controlava os discursos; de outro, pelo apagamento decorrente da centralização, que invisibilizou experiências locais diante da narrativa nacional hegemônica.

¹ Composta por Aldir Blanc e João Bosco em 1977, a canção ficou conhecida como “hino da anistia” por simbolizar o desejo de retorno à democracia e à libertação dos presos e exilados políticos durante a ditadura militar brasileira (Arquivo Nacional, 2022).

Como consequência disso, ainda persistem os impactos do desconhecimento histórico e do esquecimento público na forma como essa história é lembrada pela sociedade brasileira e pernambucana – o que reforça a fragilidade da memória equilibrista.

No cenário nacional de enfrentamento às heranças da ditadura militar, Comissões da Verdade² foram instituídas com o objetivo de revelar as violações de direitos humanos cometidas durante o regime, resultando na elaboração de relatórios em esfera nacional, estadual, municipal e entre outras. Em 2012, por iniciativa do então governador Eduardo Campos, foi criada a Comissão da Memória e da Verdade Dom Hélder Câmara (CEMVDHC)³, cujas recomendações incluíam a criação de um espaço expositivo dedicado à reconstrução da memória coletiva local (Pernambuco, 2017). Atendendo a essa proposta, foi inaugurado, em 2022, o Memorial da Democracia de Pernambuco - Fernando Vasconcellos Coelho⁴ (doravante MDP), concebido como um espaço formativo e educativo voltado à promoção da cidadania e ao fortalecimento da democracia (Cardoso, [s.d.]).

Nesse contexto, emerge a necessidade de compreender como o MDP constrói textualmente a memória da ditadura militar e que estratégias enunciativas mobiliza para produzir determinados sentidos sobre esse período histórico. Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como a linha do tempo “Escalada da Repressão”, elaborada pelo memorial, constrói pontos de vista sobre a ditadura militar por meio de estratégias de referênciação, evidenciando os modos pelos quais a memória do período é narrada e ressignificada, sobretudo no contexto pernambucano. Produzida com base nas investigações da CEMVDHC, a “Escalada da Repressão” apresenta uma estrutura simultaneamente memorialística e narrativa, articulando eventos, vozes e perspectivas sobre a ditadura militar. Esse material possui grande riqueza intertextual e apresenta informações do ano de 1962 (representando o início do governo de Miguel Arraes) até 2022 (ano de inauguração do memorial). A escolha desse *corpus* justifica-se por sua relevância discursiva na construção de pontos de vista, uma vez que se propõe a evidenciar aspectos silenciados da história e a revelar um outro lado do período ditatorial.

Para tanto, nossa pesquisa assume um caráter interdisciplinar, articulando noções sobre ponto de vista e referênciação para compreender como a memória da ditadura militar é

² As Comissões da Verdade são políticas de memória que, por sua vez, são reivindicações culturais, jurídicas e simbólicas, frequentemente implementadas em países marcados por traumas históricos com o objetivo de “reconhecer, se não corrigir, os erros ou injustiças do passado” (Huyssen, 2014, p. 196).

³ A CEMVDHC foi instituída pela Lei nº 14.688, “com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas contra qualquer pessoa, no território do Estado de Pernambuco, ou contra pernambucanos ainda que fora do Estado, praticadas por agentes públicos estaduais” (Pernambuco, 2012).

⁴ Fotografia da fachada do MDP disponível no Apêndice A.

construída no MDP. Embora mobilize diferentes abordagens, o aporte teórico central advém da Linguística Textual (LT), que impacta sobremaneira a análise do *corpus*. Entendida como uma teoria que observa as atualizações do sistema linguístico em práticas concretas de uso, a LT focaliza os textos e seus gêneros como mediadores das ações comunicativas (Marcuschi, 2008). Entre seus principais temas de investigação estão “a concatenação de enunciados, a produção de sentido, a pragmática, os processos de compreensão, as operações cognitivas, a diferença entre os gêneros textuais, a inserção da linguagem em contextos, o aspecto social e o funcionamento discursivo da língua” (Marcuschi, 2008, p. 75).

Nessa perspectiva, assumimos o conceito de texto como “lugar da constituição e de interação dos sujeitos sociais, como um evento, portanto, em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais” (Beaugrande, 1997 *apud* Koch, 2015, p. 9). Assim, conseguimos reconhecer a linha do tempo como uma atividade interativa em que os sentidos são construídos a partir do diálogo entre conhecimentos prévios e novos dos interlocutores, e não como um espaço de reprodução de ideias fixas.

Nesse contexto, mobilizamos categorias analíticas da LT, entre as quais se destaca a referênciação, responsável por descrever como os referentes são construídos, estabilizados e negociados no discurso (Koch; Marcuschi, 1998). Essa construção se dá por meio de estratégias de referênciação, fundamentais para compreender como o texto organiza sentidos e estabelece modos de significar o mundo (Koch, 2015). A perspectiva não representacional da linguagem adotada pela LT permite compreender os textos como espaços em que múltiplas vozes e perspectivas emergem e se articulam na produção de sentidos e pontos de vista.

É nesse ponto que mobilizamos, a partir da LT no Brasil, a categoria do ponto de vista (PDV) (Cortez, 2011). Para Alain Rabatel (2016, p. 30), o PDV

define-se pelos meios linguísticos pelos quais um sujeito considera um objeto, em todos os sentidos do termo considerar, quer o sujeito seja singular ou coletivo. Quanto ao objeto, ele pode corresponder a um objeto concreto, certamente, mas também a um personagem, uma situação, uma noção ou um acontecimento, porque, em todos os casos, trata-se de objetos de discurso.⁵

De orientação enunciativo-discursiva, o PDV articula-se diretamente à LT por meio das estratégias de referênciação, uma vez que os referentes constituem uma forma de manifestação do PDV no texto. Rabatel (2016, p. 30) destaca que o sujeito evidencia seu

⁵ A coletividade proposta pelo autor, na construção do PDV, revela-se particularmente relevante para esta análise, que busca investigar o trabalho de rememoração desenvolvido pelo memorial. Observa-se que tanto a memória quanto o ponto de vista constituem formas de percepção da realidade mediadas pela linguagem, evidenciando como os discursos do MDP moldam sentidos e experiências do passado coletivo.

ponto de vista tanto por comentários explícitos quanto pelas escolhas referenciais que faz ao descrever um objeto-de-discurso. Segundo Ingodore Koch (2015), a realidade é construída, mantida e transformada pela maneira como nomeamos o mundo e interagimos com ele. Dessa forma, diante da possibilidade de múltiplas representações da realidade, os referentes constituem *objetos-de-discurso*, e não *objetos-de-mundo*, sendo, portanto, entidades produzidas pela atividade discursiva que não existem antes de sua enunciação (Koch; Marcuschi, 1998).

Articulamos, então, essas duas noções teóricas, referênciação e ponto de vista, para compreender a construção de perspectivas e de memórias sobre o período ditatorial no *corpus* analisado, considerando que o ponto de vista emerge pelo modo como os referentes (atores, ações, eventos da repressão e da resistência) são construídos na “Escalada da Repressão”. Assim, ao analisar a narrativa memorialística da “Escalada da Repressão”, compreendemos que diferentes recursos textuais participam da construção de sentidos sobre a ditadura e sobre as formas de resistência política em Pernambuco.

A partir desse recorte, busca-se compreender de que modo o MDP, por meio da linha do tempo, organiza pontos de vista que (re)configuram memórias sobre o passado ditatorial, através da referenciação em suas narrativas. Observaremos, também, como (e se) o memorial constrói uma contranarrativa em relação às representações hegemônicas da ditadura militar na memória coletiva brasileira e pernambucana, com foco nos sentidos produzidos pela relação entre linguagem e memória.⁶

Neste trabalho, os estudos de memória são abordados a partir de dois eixos analíticos inter-relacionados: o sociocognitivo e o histórico-filosófico. O primeiro já é contemplado nas teorias do texto ao reconhecer a memória como uma leitura de mundo responsável por nossas inferências, mobilizadas pelas memórias semântica e episódica (Koch, 2015). O segundo aspecto articula-se de modo complementar ao primeiro ao compreender a memória como um meio de acesso e interpretação do passado (Nora, 1993; Ricoeur, 2007; Halbwachs, 2013).

Assim, longe de se apresentarem como dimensões opostas, esses dois enfoques se complementam na análise proposta, uma vez que a construção discursiva da memória, tal como observada no *corpus*, resulta da articulação entre processos cognitivos, históricos e sociais. É nesse entrelaçamento que se inscreve a compreensão da memória como prática

⁶ Além da análise textual do MDP, este trabalho também se propõe como um esforço de divulgação cultural, entendendo o espaço não apenas como objeto de estudo, mas como patrimônio público cuja visibilidade precisa ser ampliada.

discursiva e como fundamento para a análise do memorial enquanto espaço de produção de sentidos sobre o passado.

A escolha pela produção textual do MDP, em termos pessoais, reflete uma inquietação com os apagamentos históricos sobre a ditadura no Brasil e, de modo especial, em Pernambuco. Assim, a pesquisa busca promover uma reflexão crítica sobre o papel da linguagem na construção da memória coletiva, evidenciando como o estudo acadêmico pode dialogar com interesses sociais e culturais, contribuindo para a valorização de espaços que resgatam histórias e divulgam passados. Parte-se, portanto, da noção de que a linguagem não é neutra, mas constitui sentidos que produzem memórias, esquecimentos e identidades. Essa noção motiva a investigação de como a linha do tempo⁷ organiza a memória da ditadura, revelando as escolhas linguísticas que moldam a compreensão do passado.

Assim, a partir desses elementos introdutórios, delineia-se o contexto em que se insere a pesquisa. Na próxima seção, “Fios teóricos: entrelaçamentos entre memória e texto”, apresentamos a fundamentação teórica que articula os estudos da memória, especialmente as noções de memória coletiva (Halbwachs, 2013), lugares de memória (Nora, 1993) e memória manipulada (Ricoeur, 2007), aos estudos textuais, com ênfase nos conceitos de ponto de vista e referênciação. Nestes últimos, utilizamos os trabalhos de Alain Rabatel (2016), Suzana Cortez (2003, 2011), Lorenza Mondada (2001) e Ingredore Koch (2015) sustentam nossas leituras sobre o funcionamento do PDV e da referênciação nos textos. Esses aportes permitem compreender como a ditadura e as resistências desse período são reconfiguradas no espaço expositivo.

A seção “Construção do objeto de pesquisa” descreve os procedimentos metodológicos, desde as induções teóricas até a coleta de dados *in loco*. Há, também, uma breve contextualização histórica com foco nas repressões e violências do período ditatorial em Pernambuco, como forma de situar o leitor na criação do MDP.

Em “Escalada da Repressão em análise”, apresentamos a análise do *corpus*, destacando os elementos que mais dialogam com os critérios da pesquisa. Mobilizamos, entre outros, os trabalhos de Cortez (2003, 2011, 2022 [2005]) e de Koch (2015, 2022 [2005]), por suas contribuições de análise dos pontos de vista e das operações referenciais. A análise divide-se em duas partes: primeiro, nos atentaremos a mostrar os tipos de PDV encontrados

⁷ Consideramos a linha do tempo como um texto por entendê-la, conforme Marcuschi (2008), como uma unidade comunicativa e uma unidade de sentido, organizada de modo a realizar um propósito comunicativo coeso e sociointerativo.

nas legendas da linha do tempo para, depois, apresentarmos as estratégias de referenciamento presentes no *corpus*.

Por fim, em “Considerações finais”, expomos as conclusões do trabalho, com apontamentos críticos sobre os resultados obtidos e suas implicações para estudos futuros.

2 FIOS TEÓRICOS: ENTRELAÇAMENTOS ENTRE MEMÓRIA E TEXTO

“Se reconhecemos a distância constitutiva entre a realidade e sua representação em linguagem ou imagem, devemos, em princípio, estar abertos para as muitas possibilidades diferentes de representação do real e de suas memórias” (Huyssen, 2000, p. 22).

2.1 Estudos de memória

Maurice Halbwachs (2023 [1925]), filósofo e sociólogo francês, concebe a linguagem como um construto social que organiza o pensamento coletivo, permitindo à comunidade perceber, descrever e expressar o mundo que a circunda. Essa perspectiva histórico-filosófica evidencia que a linguagem não se limita a um instrumento individual de comunicação, mas constitui-se em um quadro social que molda e dá forma às representações compartilhadas. Dentre essas representações, situa-se o conceito de memória, que é entendida como a imagem de uma experiência passada coletiva mediada pela linguagem (Halbwachs, 2023). Isso significa que lembrar não é simplesmente resgatar o passado, mas reformulá-lo a partir de convenções verbais e sociais compartilhadas por um grupo. Assim, memória e linguagem se articulam como fenômenos coletivos: ambas só existem plenamente na vida social e encontram, na coletividade, o espaço de sua produção, manutenção e transmissão.

Como fenômeno social e simbólico, a memória atravessa diferentes dimensões de nossas vidas, tornando-se particularmente perceptível nos espaços (públicos e privados). Esses espaços, ao oferecerem uma relativa estabilidade aos grupos sociais, funcionam como suportes das lembranças (Halbwachs, 2013). Nessa direção, Pierre Nora (1993) desenvolve o conceito de lugares de memória, ressaltando que a memória se ancora em marcos materiais, simbólicos e funcionais que preservam e atualizam a experiência coletiva.

Entre os diversos lugares de memória destacados por Nora (1993), os memoriais ocupam posição central em nossa pesquisa. Esses espaços não apenas conservam objetos, documentos e testemunhos do passado, mas também os organizam em narrativas que visam atribuir sentido a sujeitos que não necessariamente vivenciaram tais experiências. Ao reunir dimensões materiais (os acervos), simbólicas (os significados atribuídos) e funcionais (as práticas de rememoração que promovem), os memoriais constituem-se como dispositivos privilegiados de preservação e divulgação da memória coletiva.

A partir dessa afirmação, é possível compreender o MDP como um lugar de memória(s) que não apenas as conserva, mas também as reinscreve, tensionando a narrativa

oficial da ditadura e dando visibilidade a vozes historicamente silenciadas. Por meio do memorial e dos diversos textos que o compõem, tornam-se acessíveis versões da história que, por muito tempo, foram narradas a partir da perspectiva dos dominadores, mas que, agora, são revisitadas a partir de outras vozes.

Paul Ricoeur (2007, p. 95) alerta para a existência da “memória manipulada”, caracterizada pela “distorção da realidade, de legitimação do sistema de poder, de integração do mundo comum por meio de sistemas simbólicos imanentes à ação”. Por meio da seleção de elementos narrativos com propósitos ideológicos, da oficialização desses discursos pelo abuso da memória e do esquecimento, e da consequente concentração de poder, os grupos dominantes (como os ditadores) buscaram escrever a história oficial do Brasil por meio de estratégias de censura e autoritarismo. Reconhecemos, assim, que a memória, enquanto trabalho social, não é um campo neutro.

É importante considerar que essa dimensão histórico-filosófica da memória também se articula a mecanismos cognitivos que estruturam nossa capacidade de interpretar o mundo. Como uma teoria de paradigma sociocognitivista (Cavalcante; Custódio Filho, 2010), a LT reconhece as contribuições dos estudos de memória sociocognitiva no trabalho com o texto e suas leituras. Isso significa compreender que os processos interpretativos que acionamos diante do memorial e que sustentam tanto as memórias individuais quanto as coletivas são mediados pelas capacidades do cérebro humano de perceber, armazenar, recuperar e reorganizar informações.

De acordo com Koch (2015), nossas capacidades cognitivas de armazenamento de informações organizam-se em três tipos de memória, que modulam a forma como compreendemos e interpretamos o que nos chega: memória de curtíssimo termo (ou memória de percepção), memória de curto termo (MCT) e memória de longo termo (MLT). Esta última é o espaço “onde os conhecimentos são representados de forma permanente” (Koch, 2015, p. 44).

Dentro da MLT, destacam-se duas subdivisões fundamentais para a construção de sentidos no texto: a memória semântica e a memória episódica. A memória semântica organiza os conhecimentos gerais que possuímos sobre o mundo, como, por exemplo, “a fórmula da água é H_2O ” ou “samba é um ritmo afro-brasileiro” (Koch, 2015, p. 46). Aplicando essa noção ao nosso *corpus*, o conhecimento de que o Brasil viveu sob um regime militar entre 1964 e 1985 pode ser entendido como um dado relativamente estabilizado socialmente. Logo, é um conteúdo amplamente compartilhado e, portanto, acessível pela memória semântica.

A memória episódica (ou experimental), por sua vez, “contém informações sobre vivências pessoais” e, por ser armazenada sob a forma de episódios, é particularmente sensível às variações de contexto (Koch, 2015, p. 46). Assim, a percepção desse mesmo período ditatorial pode variar de modo significativo entre os sujeitos, uma vez que cada indivíduo o apreende a partir de suas experiências particulares.

Ancoramo-nos em Halbwachs (2013) para compreender que, mesmo quando a experiência é individual, ela se constitui a partir de um quadro social de referências. Isso porque todo ato de lembrança é mediado pelo contexto histórico e pelas relações sociais que moldam nossa percepção e interpretação do que nos ocorre.

Cada uma dessas memórias desempenha um papel específico no processo de transformação dos estímulos em conhecimento e repertório. No contexto da leitura, tais memórias são ativadas na interação entre texto e leitor: a interpretação mobiliza tanto conhecimentos previamente sedimentados (memória semântica) quanto traços de vivência (memória episódica). Um texto que apresenta uma “versão”⁸ do passado, portanto, não produz sentido de modo unilateral: ele entra em choque, confirma ou desafia repertórios mnésicos já existentes. Isso significa que o leitor pode tanto reconhecer ali o que já sabia quanto estranhar e ressignificar aquilo que julgava saber.

No caso específico da “Escalada da Repressão”, esse funcionamento torna-se particularmente evidente: o material apresenta a ditadura como um período violento e antidemocrático, orientando o leitor para uma determinada valoração do passado. Contudo, os visitantes também alimentam a leitura com suas próprias experiências (relatos familiares, lembranças escolares, conversas com pais e avós, circulações midiáticas) compondo sentidos na junção entre o que o MDP oferece e o que já estava disponível em suas memórias. Assim, o efeito interpretativo não é apenas de “aprender” sobre a ditadura, mas de confrontar e negociar o que já se sabia (ou se imaginava saber) com a versão proposta pelo memorial.

Essa dinâmica de negociação de sentidos se articula ao modo como o MDP se inscreve em políticas públicas de memória orientadas pelo dever de memória, entendido não apenas como preservação do passado, mas como um imperativo de justiça que transforma lembranças traumáticas em um projeto voltado ao futuro. Como afirma Ricoeur (2007, p. 101), “é a justiça que, ao extraír das lembranças traumatizantes seu valor exemplar, transforma a memória em projeto; e é esse mesmo projeto de justiça que dá ao dever de memória a forma

⁸ Podemos entender essa “versão” do passado como o discurso selecionado pelo MDP para orientar a sua argumentação. Nesse processo, mobilizamos o conceito de orientação argumentativa, entendida como o modo pelo qual o sujeito enunciador direciona o leitor para determinadas interpretações, selecionando e organizando elementos linguísticos que concretizam sua proposta de sentido (Koch, 2022).

de futuro e do imperativo”. Assim, o memorial mobiliza o passado não apenas como registro, mas também como responsabilidade coletiva, oferecendo ao público uma leitura exemplar das violências do regime e reafirmando o compromisso de que tais violações não se repitam.

É nesse encontro entre a memória que o texto projeta e a memória que o leitor carrega que emergem confirmação ou estranhamento, concordância ou discordância, e até mesmo a produção de novos sentidos sobre aquele período histórico. Assim, o uso complementar dos estudos de memória (histórico-filosófica e sociocognitiva), em nosso trabalho, tem como objetivo iluminar não apenas a dimensão contra-hegemônica⁹ presente no memorial, mas também o próprio processamento textual, uma vez que a memória opera, aqui, como critério de contexto para a interpretação.

Desse modo, ao compreender o MDP como um lugar de memória atravessado por disputas simbólicas, trajetórias individuais e políticas de justiça, reconhecemos que o trabalho memorialístico se realiza também por meio de textos que reatualizam e organizam sentidos sobre o passado. É justamente nesse ponto que a LT se torna uma aliada analítica: ao considerar a leitura como uma atividade sociocognitiva sustentada por diferentes tipos de memória e por operações de construção de sentido, ela permite observar como esses processos se materializam linguisticamente na linha do tempo. Assim, a articulação entre memória e linguagem abre caminho para a próxima seção, dedicada a explorar as contribuições da LT para esta pesquisa.

2.2 Estudos do texto

A Linguística Textual surgiu na década de 1960 como uma “disciplina de inclinação primeiramente gramatical”, dedicada à análise transfrástica e à construção de gramáticas de texto (Koch, 2001, p. 15). Inicialmente centrada na frase como unidade mínima do texto, a área procurou incorporar, ao longo das décadas, uma perspectiva mais ampla, que considera o texto não como uma sequência de frases coesas, mas como uma atividade sociointerativa, situada historicamente e inserida em contextos de comunicação (Marcuschi, 2008).

Atualmente, “a LT pode ser definida como o estudo das operações linguísticas, discursivas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção e processamento

⁹ Entende-se por dimensão contra-hegemônica, neste trabalho, o conjunto de estratégias discursivas que se opõem às narrativas hegemônicas sobre a ditadura militar, historicamente marcadas por processos de silenciamento, apagamento e legitimação da violência de Estado. Nesse sentido, o termo refere-se à construção de sentidos que tensionam e deslocam a memória oficial, ao evidenciar perspectivas marginalizadas e promover outras formas de interpretação do passado autoritário brasileiro.

de textos escritos ou orais em contextos naturais de uso” (Marcuschi, 2008, p. 73). Essas operações incluem mecanismos de coesão e coerência, progressão temática, intertextualidade e informatividade, que permitem ao texto organizar sentidos e guiar a compreensão do leitor ou interlocutor. Em outras palavras, a LT fornece ferramentas para analisar como os textos constroem significados e organizam perspectivas sobre o mundo.

Essas perspectivas são mediadas pelos gêneros textuais, entendidos como formas relativamente estáveis do fazer linguístico (Bakhtin, 1997). Por meio dos gêneros, os grupos sociais registram, preservam e ressignificam sua história, selecionando acontecimentos, vozes e modos de narrar experiências coletivas. No caso dos gêneros de caráter memorialístico, essa função é particularmente evidente: eles não se limitam a informar sobre o passado, mas também legitimam certos pontos de vista, constroem memórias compartilhadas e negociam o significado de eventos históricos.

Gêneros textuais memorialísticos, de modo geral, caracterizam-se pela evocação do passado e pela reprodução de experiências pessoais ou coletivas (Gedoz; Costa-Hubes, 2010), sejam ficcionais ou não. Então, para além da esfera literária, comumente associada à memória, textos não ficcionais – como relatos, testemunhos, projetos institucionais e exposições – também podem cumprir a função de reativar lembranças e reinterpretar o passado, configurando-se, assim, como produções de natureza memorialística.

É nesse contexto que se insere a linha do tempo “Escalada da Repressão”. Estruturada como um gênero de relato histórico de eventos selecionados de maneira crítica por uma sequência lógica (Yan *et al.*, 2011 *apud* Tavares *et al.*, 2019), a linha do tempo articula elementos narrativos e informativos, organizando momentos históricos referentes à ditadura militar e às suas violências e marcas na sociedade.

Assim, ao buscar aporte na LT, este trabalho sustenta que cada escolha de referênciação e organização temporal refletem decisões discursivas que moldam a percepção do público sobre o passado. Dessa forma, a linha do tempo constitui um espaço privilegiado para observar como a memória coletiva é construída e transmitida através de textos, rompendo com representações cristalizadas e revelando novas formas de significar o período ditatorial.

Assumimos então que, a partir desse olhar teórico, a “Escalada da Repressão” não é apenas um produto linguístico, mas uma atividade discursiva em que se inscrevem múltiplos pontos de vista – o que nos conduz à teoria de Rabatel.

2.2.1 Ponto de vista

O debate sobre o ponto de vista tem origem na narratologia literária, especialmente nas discussões do século XIX e XX sobre como regular a informação narrativa e representar a vida psíquica das personagens. Conforme sintetiza Cortez (2011), críticos como Pouillon, Genette e Todorov foram centrais na consolidação do tema em contexto francófono. A partir das “visões” propostas por Pouillon (visão “com”,visão “por detrás” e visão “de fora”), Genette desenvolve a teoria das focalizações: interna, externa e zero. Essa classificação buscava distinguir “quem fala” de “quem vê”, evidenciando modos distintos de acesso às informações da narrativa (Cortez, 2011). Entretanto, a definição da focalização zero como ausência de foco, soma de todas as focalizações ou focalização variável gerou imprecisões conceituais que dificultaram sua aplicação teórica.

Diante dessas ambiguidades, Rabatel (1997 *apud* Cortez, 2011) propõe abandonar a noção de foco ou focalização, deslocando o estudo para o sujeito que percebe e para o objeto de conhecimento. Em vez de classificar mecanicamente os modos de visão, Rabatel enfatiza os mecanismos linguísticos pelos quais um sujeito, individual ou coletivo, considera um objeto de discurso, instaurando um ponto de vista (Cortez, 2011). Essa virada teórica se afasta da tradição estritamente narratológica e aproxima o estudo do ponto de vista de uma abordagem enunciativo-interacional, interessada nas relações entre linguagem, posição enunciativa, modos de dizer e construção do sentido. Essa mudança abre caminho para que o PDV seja aplicado não apenas à ficção, mas também à análise de textos diversos, como discursos memorialísticos, permitindo observar como sujeitos constroem versões do passado por meio de escolhas referenciais e enunciativas.

Nessa perspectiva, compreendemos que o MDP, ao organizar seu discurso, instaura diferentes olhares sobre a realidade e media percepções do passado por meio de seu papel de Locutor/Enunciador primeiro (L1/E1). Esse papel deriva da incorporação, na teoria do PDV, de aspectos da teoria polifônica de Ducrot, o qual distingue as figuras do locutor e do enunciador. O quadro enunciativo proposto por Oswald Ducrot (1984 *apud* Monte, 2023) evoca uma polifonia que diferencia o *autor empírico do enunciado* (exterior ao significado do enunciado); o *locutor* (responsável pela produção e organização dos atos ilocucionários do enunciado); o *locutor ser-do-mundo* (o locutor se refere a si mesmo como um delocutado ou aquele que é referido) e *enunciadores* (a quem o locutor orienta as atitudes e pontos de vista).

A partir dessa divisão, Rabatel reformula o funcionamento do PDV ao apresentar o L1/E1 como a instância que, ao assumir o ato material do dizer, do eu-aqui-agora, organiza e articula os pontos de vista mobilizados no texto, distribuindo responsabilidades enunciativas,

e os enunciadores segundos (*e2*)¹⁰ gerindo pontos de vista assumidos, imputados ou evocados pelo L1/E1, de modo a representar percepções de mundo relevantes à construção da narrativa (Monte, 2023). A partir dessa classificação, podemos observar como o MDP constrói sentidos, articulando sua própria perspectiva com outros PDV e contribuindo para a reconfiguração da memória da ditadura militar no imaginário de seu público. Essa estrutura enunciativa permite “buscar traços lingüísticos do ponto de vista pelo modo de apresentação do referente”, diferente da focalização tradicional que descreve, a partir do dito, o foco de quem vê e de quem sabe (Cortez, 2003, p. 66).

A teoria do PDV busca evitar uma homogeneização narrativa, reconhecendo que, em um mesmo texto, podem coexistir diferentes pontos de vista cujos enunciadores não se manifestam da mesma forma no texto, porque há diferentes graus de debreagem enunciativa (presença do enunciador).¹¹ Esses PDVs possuem um modo de apresentação do referente que

implica a associação de três componentes fundamentais: i) o objeto a ser referido; ii) a instância origem do PDV (centro de perspectiva ou enunciador-focalizador) e iii) a instância responsável pela transmissão do PDV (locutor), que pode coincidir com o focalizador. Como esta associação é dinâmica, Rabatel distingue três tipos de PDV: PDV representado, PDV afirmado e PDV narrado (Cortez, 2003, p. 66).

Cada um desses pontos de vista expressa uma forma específica de relação entre o enunciador e o conteúdo do enunciado, o que permite observar diferentes graus de implicação e distanciamento na construção do texto. A seguir, apresentamos os três tipos de PDV, com ênfase em suas características, exemplificando através de sua manifestação em porções do *corpus*.

2.2.1.1 *PDV representado*

Compreendemos como PDV representado aquele em que a percepção que o personagem tem de seu mundo narrado é intermediada pelo narrador, “com debreagem enunciativa mínima nas ‘frases sem falas’, podendo ser equivalente a um monólogo interior embrionário” (Cortez, 2003, p. 67). Pensamentos e sensações que constroem o ponto de vista do personagem são dispostos por expressões nominais escolhidas pelo narrador, permitindo

¹⁰ Utilizamos o itálico como recurso de diferenciação entre os enunciadores segundos (*e2*) e o enunciador segundo da análise (*e2*).

¹¹ A debreagem enunciativa é o mecanismo que projeta no texto a relação entre quem fala, quando fala e de onde fala. Ela é o que permite acessar pontos de vista e posicionamentos, porque, ao projetar pessoas, tempos e espaços diferentes, o texto cria diferentes modos de ver o mundo (Greimas; Courtés, 1979 *apud* Fiorin, 2022).

que sua presença e atividade na narrativa sejam identificadas. Em nosso *corpus*, não foram identificadas ocorrências desse tipo de PDV.

2.2.1.2 PDV narrado

O PDV narrado ocorre quando “um fragmento do texto enfatiza uma das personagens, sendo os fatos narrados conforme tal perspectiva que pode se distanciar da perspectiva do narrador” (Cortez, 2003, p. 69). Por sua debreagem enunciativa intermediária, a subjetividade do focalizador é atenuada, pois o narrador relata os acontecimentos de modo a acompanhar o olhar ou a experiência da personagem, sem, contudo, incorporar integralmente sua voz. Nesse tipo de ponto de vista, a narração apresenta certo grau de mediação: o narrador mantém o controle da enunciação, mas deixa transparecer a perspectiva parcial do sujeito focalizado. Um exemplo desse PDV pode ser observado no seguinte trecho de nosso *corpus*:

Exemplo (1)

Miguel Arraes denuncia, por meio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), **a injeção de grandes quantias de capital estrangeiro** para interferir nos resultados das recentes eleições de Pernambuco e de outros estados brasileiros.

Nesse enunciado, a ação de denunciar é atribuída a Miguel Arraes (e2), cuja atitude é evidenciada pelo MDP (L1/E1). Não há, contudo, acesso à percepção interna de Arraes, isto é, a seus pensamentos, avaliações ou vivências subjetivas, mas apenas à ação realizada, construída pela narração do memorial. O que se observa é a associação do ex-governador à atitude crítica e combativa à “injeção de grandes quantias de capital estrangeiro”. O memorial é quem relata a ação de Arraes, colocando-o em foco, mas sem reproduzir sua fala nem sua percepção. Trata-se, portanto, de um PDV narrado, pois a perspectiva atribuída ao e2 é filtrada e organizada pela voz do L1/E1, que guia a construção de sentido e a orientação argumentativa do texto.

2.2.1.3 PDV afirmado

Diferentemente dos outros tipos de ponto de vista já apresentados, o PDV afirmado corresponde à posição explícita do locutor, isto é, à formulação em que ele assume diretamente sua percepção, avaliação ou interpretação do mundo (Cortez, 2003). Trata-se,

portanto, de um PDV marcado linguisticamente, no qual o L1/E1 declara abertamente sua atitude frente ao objeto-de-discurso. Em nosso *corpus*, esse tipo de PDV é predominante, visto que o MDP elabora seus próprios referentes e valorações sobre o período da ditadura militar. Um exemplo disso pode ser observado no seguinte trecho:

Exemplo (2)

1º DE ABRIL **Um golpe civil-militar** depõe o governo de João Goulart, graças a uma coligação de forças entre o empresariado, os grandes proprietários de terras e as empresas estrangeiras instaladas no país.

A escolha lexical de “golpe”, ao invés de “revolução”, evidencia o posicionamento discursivo do MDP (contrário à ditadura) e sinaliza o lugar de enunciação a partir do qual o texto é construído. O L1/E1 assume a responsabilidade sobre o que diz, portanto, uma postura avaliativa explícita, orientando a leitura dos acontecimentos por sua própria conta sem mediação. Trata-se, assim, de um PDV afirmado, em que o MDP se apresenta como única instância enunciativa, responsável pela produção e circulação de sentidos sobre o fato narrado.

A identificação dos três tipos de ponto de vista decorre, em nosso trabalho, diretamente do modo como as expressões nominais são mobilizadas nos textos da linha do tempo. São elas que permitem reconhecer quem percebe, quem avalia e quem fala no interior do enunciado. Nesse sentido, a referenciação torna-se um recurso analítico fundamental para o estudo do PDV (Cortez, 2003, 2011). Como será abordado na seção de análise, ao selecionar determinados referentes (“golpe”, “ditadura”, “graves violações”, “vítimas”), o MDP orienta o olhar do leitor e convoca diferentes instâncias subjetivas na linha do tempo “Escalada da repressão” para trazer outra versão do passado ditatorial.

Assumimos, portanto, que os pontos de vista analisados se materializam por meio dessas escolhas referenciais, que não apenas nomeiam a realidade, mas organizam e hierarquizam perspectivas (Cortez, 2011). É a partir dessa articulação entre PDV e referenciação que avançamos para a próxima subseção, dedicada a examinar as estratégias referenciais que sustentam a construção de sentidos na “Escalada da Repressão”.

2.2.2 Referenciação

A noção vericondicional de *referência*, no âmbito da filosofia da linguagem e da semântica formal, assume a relação entre linguagem e mundo como uma correspondência direta, sustentada pela ideia de que as palavras funcionariam como representações transparentes das “coisas” (Mondada, 2001). Com o desenvolvimento das ciências da linguagem, essa concepção passou a ser amplamente questionada. Como afirmam Lorenza Mondada e Daniele Dubois (1995 *apud* Mondada, 2001), a *referenciação* emerge justamente como uma abordagem que rompe com a lógica representacional e passa a privilegiar as relações intersubjetivas e sociais nas quais versões do real são construídas, negociadas e avaliadas conforme as finalidades práticas dos enunciadores. Nesse sentido, Cortez (2022, p. 319-320) sintetiza que,

para Mondada & Dubois e Mondada, embora a questão da referência tenha sido historicamente concebida como um problema de representação do mundo em termos de verdade e correspondência, esta deve ser deslocada para um tratamento que privilegie a relação intersubjetiva e social, na qual versões do mundo são publicamente elaboradas e avaliadas pelos sujeitos enunciadores. Por essa razão, as autoras passam a utilizar o termo *referenciação* para tratar da referência como um processo realizado no discurso, resultante não de uma ontologia dada, mas de práticas simbólicas complexas, que, em uma dimensão intersubjetiva, são responsáveis por produzir a ilusão de um mundo objetivo.

Assim, o sujeito não é mais pensado como uma entidade abstrata e autônoma diante da realidade, mas como um participante ativo de processos intersubjetivos, nos quais os sentidos e os objetos discursivos são construídos, disputados e transformados socialmente (Cortez, 2022). Essa perspectiva construtivista, também discutida por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995 *apud* Koch, 2022), entende que os significados não são fixos, mas se (re)constroem continuamente a cada interação.

Nesse sentido, a *referenciação* configura-se como “uma atividade seletiva que tem como motivador um projeto de sentido de natureza polifônica, responsável por imprimir a orientação argumentativa do texto” (Cortez, 2022, p. 321), aproximando-se teoricamente da noção de ponto de vista, dado que toda escolha referencial inscreve modos de ver e de dizer. Assim, ao nomear determinadas entidades, o L1/E1 revela sua perspectiva sobre a realidade e orienta o posicionamento interpretativo do leitor. Essa construção depende da progressão e da manutenção dos referentes ao longo do texto, manifestadas por estratégias como: “a. uso de pronomes ou elipses (pronome nulo); b. uso de expressões nominais definidas; c. uso de expressões nominais indefinidas” (Koch, 2015, p. 100). Na análise da linha do tempo, tais

estratégias permitem observar como o MDP organiza, retoma e reconfigura os referentes ligados à ditadura militar. No exemplo a seguir, apresentamos uma dessas estratégias:

Exemplo (3)

JULHO DE 1972 Reunido no Recife, o grupo de jovens parlamentares, entre os quais se destacavam Jarbas Vasconcelos e Fernando Lyra, decide transformar a **proposta da Constituinte** na sua principal bandeira de luta. A “Carta do Recife” é o primeiro passo para a convocação da Assembleia Nacional Constituinte que vai acontecer em 1988.

A “Carta do Recife” é apresentada como o referente que especifica “a proposta da Constituinte”, caracterizando uma catáfora. Essa retomada ultrapassa o mero encadeamento textual, pois revela o modo como o MDP organiza discursivamente o passado: ao dar visibilidade a marcos históricos vinculados a Pernambuco, o memorial reinscreve a memória da ditadura sob a ótica da resistência local.

Assim, a referenciação, mais do que um mecanismo de coesão, atua na constituição de um ponto de vista que reconhece o protagonismo pernambucano na luta contra o regime militar, produzindo uma memória coletiva em que esse espaço, outrora silenciado e negligenciado, se destaca como território de ação política e enfrentamento.

A partir do percurso teórico apresentado, compreendemos que essa articulação entre PDV e referenciação revela que o processo de significação não é neutro nem autônomo, mas orientado por experiências coletivas e por memórias compartilhadas. Isso dialoga bem com o que Cortez (2013, p. 302) traz sobre a representação de pontos de vista, que “se dá pela recorrência à memória coletiva, particularizada no contexto sócio-histórico no qual o texto emerge”. Desse modo, comprehende-se que tanto a referenciação quanto a construção de pontos de vista se ancoram em uma memória social que orienta nossas leituras e interpretações do mundo, possibilitando a emergência de diferentes modos de ver e significar o passado.

Na próxima seção deste trabalho, apresentaremos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, descrevendo o *corpus*, seu contexto histórico, as etapas de análise e os critérios de observação das estratégias de referenciação e dos pontos de vista identificados na linha do tempo.

3 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

3.1 Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa segue o método exploratório (bibliográfico e documental) e histórico, de cunho qualitativo (Gil, 2008 [1985]). No projeto de pesquisa, elaborado inicialmente na disciplina de TCC I, delimitamos o MDP como objeto central da investigação. Somente em um segundo momento, já na disciplina de TCC II e com a realização da visita técnica ao memorial, foi possível delimitar o *corpus* e selecionar a linha do tempo “Escalada da Repressão” como recorte específico, considerando sua relevância discursiva e a presença de inscrições verbais que dialogam com a proposta de análise.

A visita técnica ocorreu com acompanhamento de um guia do próprio memorial, o que possibilitou o acesso contextualizado às salas expositivas, às narrativas curatoriais e às estratégias de apresentação dos conteúdos. Nesse percurso, foram observadas as diferentes seções que compõem a exposição permanente, bem como os recursos textuais, visuais e audiovisuais mobilizados na construção da narrativa memorial. Como parte do procedimento metodológico, realizou-se o registro fotográfico e audiovisual do espaço, com vistas à coleta do *corpus* de análise, especialmente no que se refere à linha do tempo “Escalada da Repressão”. Essa etapa foi fundamental para a compreensão da materialidade discursiva do memorial e para a análise das formas pelas quais a memória da ditadura é construída e apresentada ao público.

A redação da monografia contou com o levantamento bibliográfico dos aportes teóricos de base linguística, reunidos em fichamentos. Conceitos como ponto de vista e referênciação foram mobilizados como suporte teórico para a análise, assim como as noções de memória (histórico-filosófica e sociocognitiva). Todos esses termos foram mobilizados para a reflexão sobre o desconhecimento público acerca da ditadura, que ainda afeta nossa realidade, e sobre o impacto do MDP enquanto espaço crítico e contra-hegemônico.

A interpretação do *corpus* fundamentou-se nos estudos da LT, especialmente nas teorias do PDV e da Referenciação. Esse enquadramento permitiu examinar como o MDP organiza e se posiciona frente à memória da ditadura em sua linha do tempo, a partir dos enunciadores, pontos de vista e estratégias referenciais presentes nos textos. O processo de constituição do *corpus* envolveu quatro etapas metodológicas:

(i) *Primeira filtragem*: Das 47 legendas inscritas na “Escalada da Repressão”, 15 foram selecionadas inicialmente. Os critérios de seleção adotados foram a presença de um

posicionamento avaliativo acerca dos eventos da ditadura militar e a apresentação de informações sobre a resistência à ditadura em Pernambuco. Assim, priorizamos legendas em que a organização textual evidencia não apenas uma recuperação de fatos históricos, mas também uma atitude avaliativa explícita por parte do L1/E1¹², que contribui para a construção de sentidos sobre o período;

(ii) *Segunda filtragem*: Na segunda fase de seleção, das 15 legendas previamente filtradas, 12 permaneceram no *corpus*. Esse novo refinamento baseou-se na observação mais específica das formas de referenciação nominal presentes nos textos. No entanto, ainda que esses 12 textos compusessem o *corpus* final da pesquisa, nem todos foram incluídos na monografia, pois alguns apresentavam repetição de fenômenos já discutidos. Mantiveram-se apenas os materiais que continham expressões nominais mais evidentes e produtivas para a análise;

(iii) *Identificação do tipo de PDV*: Buscamos identificar o tipo de PDV mobilizado nos textos, considerando que os pontos de vista podem se materializar nas formas de: PDV representado, PDV narrado e PDV afirmado. Essa etapa permitiu verificar como o texto organiza a atitude do enunciador frente aos fatos, se o ponto de vista é construído por meio da narração de ações, pela representação das percepções de outros atores históricos ou por enunciados avaliativos que explicitam diretamente posições. Houve uma predominância de PDVs afirmados (10 legendas) frente aos casos de PDVs narrados (2 legendas). Nenhum PDV representado foi encontrado na análise;

(iv) *Análise das estratégias de referenciação*: Por fim, procedeu-se à análise das estratégias de referenciação presentes nos dados, com base em Koch (2015). Nessa etapa, buscamos observar como os referentes (atores históricos, eventos, instituições e ações ligadas à repressão e à resistência) são introduzidos, retomados, especificados ou (re)categorizados ao longo dos textos. Dentre as estratégias elencadas por Koch (2015), encontramos o fenômeno da referenciação por meio de expressões nominais definidas (anafóricas, encapsuladoras e catafóricas) e pronominalização. Adicionamos, também, à análise a construção de objetos-de-discurso por modificadores avaliativos, por ser um processo de qualificação referencial importante para a interpretação dos nossos dados.

¹² Para o mapeamento dos enunciadores na “Escalada da Repressão”, adotamos as seguintes categorias: (i) L1/E1: corresponde ao MDP, responsável, em nossa interpretação, pela organização dos eventos e discursos que compõem a linha do tempo; (ii) L2/e2 ou e2: representam locutores/enunciadores segundos ou enunciadores s de outros textos incorporadas pelo MDP como suporte à narrativa e à orientação argumentativa, oferecendo diferentes perspectivas que dialogam ou reforçam o ponto de vista central.

Definidos os procedimentos metodológicos e o percurso de constituição do *corpus*, apresentamos a seguir a contextualização do objeto de pesquisa, situando o MDP em seu contexto histórico e social.

3.2 Contextualização do *corpus* de análise

3.2.1 *Ditadura militar em Pernambuco*

Sob o governo de Miguel Arraes, Pernambuco experimentou um conjunto de iniciativas voltadas para a melhoria das condições de vida dos camponeses, como políticas sociais e projetos de inclusão, medidas que conferiram uma imagem de caráter popular e reformista ao estado que, no contexto da Guerra Fria, passou a ser visto com preocupação pela diplomacia brasileira e americana (Silva, 2024). Logo, Pernambuco tornou-se alvo não apenas da vigilância dos militares, mas também da atenção de forças internacionais, que viam nas políticas de Arraes uma ameaça à ordem estabelecida. A repressão política no estado refletiu-se em mortes, torturas, desaparecimentos e atentados, atingindo militantes, estudantes, trabalhadores e cidadãos comuns (Pernambuco, 2017).

O endurecimento do regime, com a promulgação do Ato Institucional (AI) 5, em 1968, intensificou a repressão política. Em Pernambuco, uma de suas marcas mais violentas foi o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto (1940-1969), episódio que mobilizou a população em um ato coletivo de resistência em seu velório, simbolizado pelo canto do hino nacional “retirado dos quartéis para a boca e o coração do povo, que é a sua origem” (Silva, 2024, p. 32). Outro momento de grande impacto foi o massacre ocorrido na granja São Bento, em janeiro de 1973, que evidenciou a brutalidade do regime e reforçou o clima de medo e de contestação social.

No fim da década de 70, a ditadura iniciou um processo de abertura política gradual, pressionado por manifestações populares, movimentos sociais e pela articulação de setores progressistas. A promulgação da Lei da Anistia, em 1979, possibilitou o retorno de presos políticos e exilados, fortalecendo a mobilização pelo fim da ditadura e pela reconstrução de um Estado democrático e justo. Essa efervescência social culminou nas grandes manifestações pela liberdade e pelas eleições diretas, até que, em 1985, o regime chegou ao fim com a posse ainda indireta de Tancredo Neves, marcando o início da redemocratização.

Durante esse tempo marcado por violências, os discursos de poder dos ditadores produziram (manipuladamente) a memória que elegeram como oficial. Na tentativa de reunir

discursos-ocorrências dos presidentes pós-64, José Luiz Fiorin (1988, p. 20) produziu um conjunto de proposições que refletem a maneira como a ditadura ou “revolução” foi difundida:

- a) O povo elegeu Goulart vice-presidente da República.
- b) Goulart tomou posse da presidência na vacância do cargo por renúncia de seu titular.
- c) Goulart conduz o país para o caos (subversão política, estagnação econômica e corrupção).
- d) A imprensa informa o povo do verdadeiro sentido dos atos de Goulart.
- e) O povo, descontente com a situação, desqualifica Goulart e qualifica as Forças Armadas para dirigir o país.
- f) As Forças Armadas depõem Goulart, para salvar o país do comunismo.
- g) As Forças Armadas repõem o país no caminho da ordem e do desenvolvimento e acabam com a corrupção. O que as Forças Armadas fizeram foi uma revolução; não deram um golpe de Estado.
- h) Há algumas dificuldades no presente, mas anuncia-se para o país uma época de grande prosperidade e tranquilidade em que o Brasil realizará o seu destino histórico de grande potência. Nesse tempo, todos os brasileiros colherão os frutos do desenvolvimento.
- i) Há alguns antipatriotas que pretendem contestar o regime.
- j) O que cada um deve fazer, dentro do sistema, é trabalhar para o engrandecimento do Brasil.
- l) As realizações da revolução em seu trabalho pelo crescimento do Brasil são X1 X2 X3... Xn.
- m) O conflito que se travou no Brasil está inserido na luta entre democracia e o comunismo.

Esse discurso oficializado pelos ditadores deixou marcas profundas no imaginário social brasileiro, contribuindo para a produção de desconhecimento histórico e para o apagamento público das violências cometidas pelo regime. Esse efeito torna-se ainda mais evidente quando consideramos que a Lei da Anistia assegurou a impunidade dos agentes militares, reforçando uma memória pública que privilegiou a narrativa dos vencedores. A situação se agrava ao observarmos o duplo silenciamento, tratado anteriormente, em Pernambuco: além do silêncio sobre as violências ocorridas no estado, há o apagamento histórico de uma região que ocupa uma posição, por vezes, minorizada no quadro nacional (Silva, 2024). Nesse cruzamento entre apagamentos institucionais e marginalização regional, consolidam-se formas persistentes de esquecimento que ainda hoje influenciam a maneira como o período é lembrado (ou não) pela sociedade.

Ao retomarmos o conceito de memória manipulada, percebemos como esse processo se estrutura discursivamente. Para Ricoeur (2007, p. 98), “é mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da

rememoração”. Em outras palavras, trata-se de produzir um regime de visibilidade e invisibilidade: ao mesmo tempo em que certos eventos são enfatizados e reinterpretados, outros são ocultados, apagados ou ressignificados. Assim, diante de discursos oficiais que silenciam sistemática e discursivamente as experiências de uma coletividade, especialmente os traumas e violências, surgem indagações fundamentais: *que memórias conseguem resistir? Que memórias são, de fato, produzidas nesse jogo de forças entre lembrança e esquecimento?*

Nessa direção, nos anos 2000, governos em todo o país começaram a articular processos de justiça de transição, responsáveis por revelar violações e manter viva a memória das vítimas dos períodos de repressão. Como salienta Huyssen (2014, p. 196), “poderíamos dizer que somente a memória das violações dos direitos pode alimentar o futuro dos direitos humanos no mundo, fornecendo um elo substancial entre passado e futuro”. Esse elo é compreendido, neste trabalho, como a representação das políticas de memória instituídas no Brasil para preservar a lembrança do passado ditatorial.

Entre essas iniciativas, destacam-se as Comissões da Verdade. Toda comissão pressupõe investigações e levantamentos de dados sobre vítimas, desaparecimentos, assassinatos, locais de repressão e outras violações de direitos humanos, reunindo-os em relatórios finais de acesso público. Não foi diferente com a CEMVDHC, cujo relatório publicado em 2017 sintetiza as investigações realizadas entre 2012 e 2016. Além de registrar as violações, o documento apresenta recomendações voltadas para a não repetição desses crimes, entre as quais se encontra a proposta de criação do MDP (Pernambuco, 2017).

Enquanto órgão de continuidade, o memorial representa a possibilidade de construção de um Brasil mais justo a partir do desvelamento de um passado de repressão, funcionando como espaço de memória e de convite a um pensamento crítico e democrático (Moraes, 2023), como veremos a seguir.

3.2.2 Memorial da Democracia de Pernambuco

Fernando Vasconcellos Coelho, advogado e presidente da OAB/PE entre 1985 e 1987, destacou-se por sua atuação em defesa da democracia, tendo apoiado a Lei da Anistia e o movimento pelas Diretas Já, além de coordenar a CEMVDHC (Memorial, 2022). Após sua morte, o MDP passou a levar também o seu nome, em homenagem ao seu importante papel como ativista político, relevante em Pernambuco durante e após a ditadura militar.

Podemos notar que o próprio nome do memorial já indica esse compromisso em dar visibilidade a sujeitos que tiveram papel ativo na história do estado e do país, muitas vezes em

contextos de silenciamento. Esse propósito se evidencia em sua primeira sala expositiva, “Alma Pernambucana”¹³, que reúne retratos de personalidades como Olegarina Carneiro¹⁴, Maria Celeste Vidal¹⁵ e Josué de Castro¹⁶, reforçando a pluralidade de vozes que compõem a história pernambucana. As demais salas do MDP organizam-se em torno de eixos temáticos que recuperam diferentes momentos da história do estado.

A sala “Resistência e insubmissão”¹⁷ apresenta quadros e maquetes sobre o período colonial, com destaque para os ataques contra a ocupação holandesa no século XVII, como a Batalha dos Guararapes (1648-1649). Em “Lutas contra a escravidão e pela liberdade”¹⁸, terceira sala do memorial, o período escravocrata e imperial é abordado, com a presença das organizações abolicionistas a Ave Libertas e o Clube do Cupim, e movimentos revolucionários, como a Revolução Pernambucana de 1817. A quarta sala, “Direitos, educação e cultura para todos”¹⁹, reúne registros de movimentos culturais e de vanguarda que, ao lado de lutas sociais, buscaram ampliar o acesso à alfabetização e denunciaram a concentração fundiária por meio das Ligas Camponesas.

Chegamos, então, à última sala do MDP: “Responsabilização e reparação”²⁰. Esse espaço, concebido a partir das recomendações da CEMVDHC, apresenta uma linha do tempo que destaca momentos centrais da ditadura militar, um mural de fotografias com os rostos das vítimas retratadas no relatório final da comissão e duas televisões que exibem fotografias, vídeos e entrevistas relacionados ao regime. Ao reunir esses elementos, a sala constrói uma narrativa que busca não apenas documentar e denunciar os crimes cometidos pela ditadura, mas também preservar a memória das vítimas e promover a reflexão crítica sobre os direitos humanos e os processos de reparação histórica.

Para fins metodológicos, escolhemos a linha do tempo “Escalada da Repressão” como objeto de análise deste trabalho, uma vez que a consideramos um texto crítico e formativo, cujo propósito é, por meio de suas inscrições, oferecer aos visitantes uma nova versão do

¹³ Fotografia do espaço disponível no Apêndice B.

¹⁴ “Olegarina Carneiro da Cunha (1859-1898): Militante da abolição e da república. Com seu marido, José Mariano, fundou o Clube do Cupim, que alforriava, defendia e protegia escravizados, libertando-os das senzalas” (Memorial, 2022).

¹⁵ “Maria Celeste Vidal (1929-1998): Professora primária e poeta, atuou na educação e organização das Ligas Camponesas. Lutou contra a violência e a desigualdade social e de gênero. Presa em 1964, foi solta três anos depois” (Memorial, 2022).

¹⁶ “Josué de Castro (1908-1973): Médico, geógrafo, professor, político e escritor, dedicou a vida ao combate à fome, deixou uma importante obra [...] até hoje no Brasil e no mundo” (Memorial, 2022).

¹⁷ Fotografia do espaço disponível no Apêndice C.

¹⁸ Fotografia do espaço disponível no Apêndice D.

¹⁹ Fotografia do espaço disponível no Apêndice E.

²⁰ Fotografia da placa de apresentação da sala disponível no Apêndice F.

passado. A quantidade de textos escritos²¹ presentes na “Escalada da Repressão” constituiu outro fator determinante para sua escolha como objeto de estudo, e, a partir disso, a análise do *corpus* passou a seguir etapas específicas, detalhadas a seguir.

²¹ Em nossa análise, utilizaremos o negrito para destacar as expressões nominais responsáveis pela atribuição do ponto de vista do MDP, bem como pelas estratégias de referênciação mobilizadas no texto. Além disso, optamos por identificar os dados do *corpus* pela abreviação T (de texto), seguida de um número que corresponde à ordem da legenda na linha do tempo.

4 ESCALADA DA REPRESSÃO EM ANÁLISE

O próprio título da linha do tempo, “Escalada da Repressão”, já se constitui como uma expressão nominal marcada por um ponto de vista. O uso do termo “escalada” confere movimento e intensidade à ideia de repressão, projetando uma imagem de crescimento gradual da violência instaurada durante a ditadura militar. Essa escolha lexical orienta, desde o início, a leitura do visitante, pois antecipa uma interpretação crítica do período, em que a repressão é representada como algo progressivo e sistemático. Assim, o título sintetiza a orientação argumentativa que perpassa o conjunto dos textos, marcando o posicionamento do memorial diante da memória do período ditatorial. Apesar disso, a linha do tempo não se limita a relatar a violência do regime: sua organização discursiva também evidencia as formas de resistência e os sujeitos históricos que se contrapuseram a essa repressão.

A “Escalada da Repressão”, objeto central desta análise, integra o acervo expositivo do MDP, articulando textos verbais, imagens e recursos gráficos que organizam uma narrativa cronológica sobre a ditadura militar no estado de Pernambuco. A fotografia abaixo foi retirada durante nossa visita ao memorial, realizada para fins de coleta e registro do *corpus*.

Figura 1 - Fotografia da linha do tempo “Escalada da Repressão”



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A partir de uma sequência narrativa que apresenta eventos históricos datados, com traços explicativos, a visibilidade da linha do tempo leva a diferentes direções no decorrer da leitura, possuindo um plano de texto bem marcado por pontuação, espaço em branco, uso de outras cores e formatos para os textos e recursos peritextuais evidentes (Adam, 2022). Sua aceitabilidade tem como condição a linha que guia a leitura, própria ao gênero.

A linha do tempo é composta por dois painéis, totalizando 47 legendas: 19 no primeiro (à esquerda na Figura 1) e 28 no segundo (à direita na Figura 1). Para esta pesquisa, concentramos a análise nas inscrições escritas (legendas), por compreender que é nelas que se manifesta de forma mais evidente o ponto de vista das instâncias narrativas. Reconhecemos, contudo, a presença de recursos multimodais e intertextuais, como imagens, cores, e alusões a outros textos históricos, que contribuem para a construção de sentidos e pontos de vista no conjunto expositivo. No entanto, esses elementos não serão objeto de análise, uma vez que o foco deste trabalho recai sobre os *mecanismos linguísticos de referenciação* que materializam a memória e o posicionamento discursivo do MDP.

O primeiro painel, que abrange o período de 1962 a 1969, introduz a linha do tempo com o início do governo de Miguel Arraes em Pernambuco, paralelo ao de João Goulart na Presidência da República. Ambos são apresentados como figuras alinhadas em seus ideais de apoio aos camponeses e às Reformas de Base, mas que passam a ser vistos como ameaças à ordem social, associadas ao comunismo. Nesse contexto, a ditadura é mostrada como resultado da união entre militares e setores civis da classe média temerosos do avanço dessas ideias. O painel também marca o início da repressão, evidenciado, por exemplo, na morte de dois jovens manifestantes em Recife em 1º de abril de 1964 e na perseguição a ativistas políticos pernambucanos como Gregório Bezerra.²²

O segundo painel, que se estende de 1969 a 2022, estabelece um jogo contrastivo entre a violência do período e o clamor por justiça. A criação dos DOI-CODIs, as torturas, os desaparecimentos e os exílios são contrapostos à mobilização social por justiça, expressa sobretudo na atuação de Dom Helder Câmara e de parlamentares pernambucanos que contribuíram para a elaboração da futura Constituição Federal. Nesse painel, assim como no anterior, Pernambuco e seus cidadãos são representados como protagonistas da resistência, mesmo sob intensa repressão. Com o fim da ditadura, a narrativa avança para o período de justiça de transição, culminando, em 2022, na criação do MDP, marco que simboliza a continuidade dessa memória de luta e reconstrução democrática.

²² “Gregório Bezerra (1900-1983): Dirigente do Partido Comunista Brasileiro, deputado constituinte em 1946, lutou contra a ditadura de 1964. Foi preso várias vezes e exilado por 10 anos” (Memorial, 2022).

Apresentado o conteúdo narrativo da linha do tempo, partimos agora para a análise dos pontos de vista presentes em suas inscrições. Como indicado anteriormente, apenas dois casos foram classificados como PDV narrado, sendo as demais legendas configuradas como PDV afirmado.

a) PDV narrado

Antes de examinar o segundo caso de PDV narrado identificado, apresentamos, a seguir, uma tabela com os locutores e/ou enunciadores segundo encontrados no *corpus*, a fim de oferecer ao leitor uma visão geral das vozes que compõem o material analisado.

Tabela 1 - Locutores e/ou enunciadores segundo encontrados no *corpus* de PDV narrado

e2	Miguel Arraes
l2/e2	Darcy Ribeiro

Fonte: Produzido pela autora.

Com base nos locutores-enunciadores sistematizados na tabela, passamos agora à apresentação da legenda referente a um caso de PDV narrado.

Exemplo (4)

T9 - Seguiu-se o golpe e se implantou o regime militar de 1964, que passou a governar como um negativo fotográfico do programa de Jango, fazendo exatamente o oposto. Em lugar de democracia e liberdade sindical, ditadura e arrocho salarial. Em lugar de milhões de pequenos proprietários, milhões de hectares para super proprietários. Em lugar do controle das multinacionais, a entrega total do Brasil ao controle delas. - Darcy Ribeiro

O exemplo 4 é um trecho do livro “Testemunho”, de Darcy Ribeiro, publicado em 1991. Trata-se de uma intertextualidade intencional, que mobiliza outro texto e outro locutor/enunciador para complementar o ponto de vista do memorial. Em nenhum dos exemplos observados no *corpus* há refutação: todos os elementos intertextuais são incorporados como apoio ao discurso que o MDP constrói. Configura-se, portanto, um PDV narrado, uma vez que o posicionamento enunciado é distanciado do L1/E1 não em nível de

conteúdo, mas de voz (Cortez, 2003). A subjetividade de Darcy Ribeiro (l2/e2) torna-se mais evidente que a do memorial, sobretudo por se tratar de uma citação direta.

No trecho em questão, Darcy Ribeiro, que foi chefe da Casa Civil de João Goulart, refere-se ao evento como golpe e realiza um jogo comparativo entre os governos, atribuindo positividades ao governo de Jango e negatividades à ditadura, que, segundo ele, funcionou como “um negativo fotográfico [...], fazendo exatamente o oposto”. Assim, por meio da voz de outro enunciador, que vivenciou de perto o início da ditadura e esteve ao lado do governo deposto, o MDP narra o acontecimento e reconhece esse discurso como testemunho, apresentando uma memória que, à época, não poderia ser publicamente legitimada.

Para tratar do conceito de testemunho, ancoramo-nos em Ricoeur (2007, p. 131, grifos nossos), para quem o ato de testemunhar “não é considerado enquanto proferido por alguém para ser colhido por outro, mas enquanto recebido por mim de outro, a *título de informação sobre o passado*”. A valoração atribuída ao testemunho, portanto, é a de verdade, não uma verdade absoluta, mas reconhecida como legítima pelo ponto de vista que a acolhe. Assim, ao acolher e reconhecer a voz de alguém que, durante a ditadura, foi silenciada, o MDP realiza um ato de reparação memorialística, perceptível em sua organização textual.

b) PDV afirmado

Como abordado na seção de metodologia, as legendas que compuseram o PDV afirmado foram maioria no *corpus*, totalizando 10 textos. Por questões metodológicas e para evitar a repetição de legendas e de fenômenos, optamos por selecionar o exemplo a seguir como representante dessa categoria.

Exemplo (5)

T15 - Após **o golpe**, ocorrem **graves violações dos direitos humanos** tanto no poder Executivo quanto nos poderes Legislativo e Judiciário. Muitos juízes e promotores são afastados ou demitidos de seus cargos, ou mesmo presos, por estarem associados ao **governo deposto**.

Ao apresentar e organizar seus próprios referentes e valorações sobre a ditadura militar, o MDP constrói um PDV afirmado (Cortez, 2003). As expressões “golpe”, “graves violações dos direitos humanos” e “governo deposto” constituem posicionamentos políticos, entrelaçados a escolhas lexicais que reativam memórias históricas compartilhadas. A memória

do leitor já reconhece o termo golpe como marcador desse período, mas o texto acrescenta uma nova camada interpretativa, ao associar o evento à ideia de ruptura institucional e à condenação ética dos atos de repressão praticados pelo Estado. Além disso, ao referir-se ao governo anterior como deposto, o memorial pressupõe a destituição forçada de uma autoridade legítima. Dessa forma, o MDP não apenas reproduz um saber já estabilizado durante a leitura da linha do tempo, mas reafirma esse ponto de vista como legítimo e necessário à construção de uma memória democrática.

Além disso, observa-se uma intertextualidade institucional com o discurso das Comissões da Verdade, cujo princípio central é justamente a divulgação das graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura. Como o próprio MDP e a linha do tempo derivam de materiais produzidos no âmbito da CEMVDHC, é coerente que tratem os acontecimentos sob a mesma perspectiva ética e histórica. Assim, o memorial reafirma uma memória pública legitimada, e construída coletivamente, reinscrevendo-a em um espaço expositivo, onde é apresentada como parte de um processo de reparação e consolidação da democracia.

Ambos os exemplos supracitados têm em comum a construção de uma orientação argumentativa que guia a leitura e a compreensão tanto da linha do tempo quanto da própria representação da ditadura militar. Essa orientação se manifesta nas escolhas lexicais e nas formas de (re)construir os referentes, revelando um projeto de sentido sustentado por diferentes pontos de vista. Assim, torna-se possível articular a teoria da Referenciação à teoria do PDV, compreendendo a referência não como mera nomeação, mas como um fenômeno discursivo que se atualiza de acordo com a focalização assumida pelo enunciador. É nessa perspectiva que analisamos as formas de referenciação presentes no *corpus*, observando como o MDP organiza seus referentes e, com isso, projeta determinados sentidos sobre o passado.

a) Referenciação por elipse

Baseando-nos em Koch (2015), iniciamos a análise das estratégias de referenciação presentes na linha do tempo “Escalada da Repressão” pela elipse. Nessa forma de referenciação, o termo retomado não aparece explicitamente na superfície textual, mas pode ser recuperado co(n)textualmente e por progressão temática. Trata-se, portanto, de um processo de referenciação que opera pela supressão de um elemento já introduzido no co(n)texto, cuja interpretação depende da atividade inferencial do leitor. A seguir, apresentamos um exemplo dessa ocorrência no *corpus*:

Exemplo (6)

T16 - Apesar da escalada da repressão, são realizados diversos protestos públicos contra o regime. Operários e estudantes lideram esses movimentos, organizando manifestações e greves. [elipse] São duramente reprimidos, presos, feridos e mortos, como Edson Luís, assassinado pela PM, no Rio de Janeiro. Em junho de 1968 acontece no Rio de Janeiro a grande Passeata dos Cem Mil, da qual também participam artistas, jornalistas, juristas, trabalhadores e profissionais liberais. [elipse] Protestam contra a ditadura e a censura aos meios de comunicação e às artes. Setores da igreja progressista e políticos do campo democrático também atuam na resistência.

Em T16, observamos a ocorrência de elipses, marcadas pela ausência dos termos retomados, cuja identificação depende do contexto. No primeiro caso, o elemento elidido recupera o referente “operários e estudantes”; no segundo, remete a um grupo ampliado de atores sociais: “artistas, jornalistas, juristas, trabalhadores e profissionais liberais”. Assim, embora a forma expressa no texto seja idêntica, cada elipse aponta para referentes distintos, reconstruídos pelo leitor a partir da progressão temática.

A elipse, nesse contexto, constitui um importante mecanismo de memória do/no texto, pois os referentes ausentes são facilmente recuperados pelo leitor e “induzidos por um conjunto de informações textualmente construídas” (Koch, 2015, p. 102). Assim, a progressão referencial ocorre de modo econômico, exigindo a ativação de inferências do leitor para a reconstrução dos sentidos.

Essa estratégia contribui para a coesão referencial e para a continuidade temática do discurso, ao mesmo tempo em que revela o modo como o MDP organiza discursivamente as vozes da resistência. A escolha pela elipse dessas expressões nominais permite reunir múltiplos sujeitos sob um mesmo referente coletivo, reforçando a ideia de unidade e ampliação do movimento de oposição à ditadura.

Desse modo, a elipse atua não apenas como um mecanismo coesivo e de memória textual, mas também como uma estratégia de focalização discursiva, que orienta o ponto de vista do leitor para a legitimidade das ações de resistência, em contraste com o “regime”. No exemplo 6, essa orientação se articula ao PDV afirmado, uma vez que as escolhas lexicais e referenciais – como “regime”, “repressão”, “assassinato” e a própria elipse que recupera coletivos associados à resistência – constroem uma avaliação explícita do MDP sobre os

acontecimentos narrados. O texto assume, assim, uma perspectiva valorativa que apresenta os grupos resistentes como agentes de luta democrática e o regime ditatorial como responsável pela violência e supressão de direitos, configurando uma oposição argumentativa central no enunciado.

b) Referenciação por expressão nominal anafórica

De modo geral, as expressões nominais definidas correspondem a “formas linguísticas constituídas, minimamente, de um determinante (definido ou demonstrativo), seguido de um nome” (Koch, 2015, p. 102). No âmbito deste trabalho, essas expressões apresentam diferentes realizações. A primeira delas foi a catáfora, já discutida anteriormente. Passa-se, agora, à análise da forma anafórica, responsável por retomar um referente previamente mencionado no texto.

Exemplo (7)

T11 - **No dia do golpe**, durante uma passeata de estudantes no centro do Recife, Ivan Rocha Aguiar, de 21 anos, e Jonas José de Albuquerque Barros, de 17, tornam-se as primeiras vítimas de **um Estado de terror** que duraria muitos anos.

Nas legendas anteriores à T11, o MDP informa que o golpe ocorreu em 1º de abril de 1964, dado previamente introduzido no texto e amplamente estabilizado na memória coletiva dos brasileiros. Assim, a expressão “o dia do golpe” opera como uma anáfora nominal definida, dispensando a repetição da data e ativando tanto uma memória textual quanto uma memória histórico-social.

Além disso, a expressão “um Estado de terror” introduz uma nova predicação avaliativa que qualifica o regime instaurado após 1964. Embora não seja uma anáfora, trata-se de uma construção referencial fortemente marcada pelo PDV afirmado do memorial: ao nomear o período como “Estado de terror”, o MDP adota uma posição interpretativa explícita, que não descreve apenas fatos, mas os enquadra em uma perspectiva ética e política.

Essas escolhas lexicais orientam a leitura e reforça o projeto discursivo da instituição: a anáfora (“o dia do golpe”) estabiliza a referência e convoca conhecimentos já compartilhados, enquanto a predicação avaliativa (“um Estado de terror”) reafirma o ponto de vista do MDP sobre a natureza repressiva e violenta do regime. Desse modo, a referenciação

funciona simultaneamente como mecanismo coesivo e como estratégia de construção de sentido, articulando memória, avaliação e posicionamento discursivo.

Vejamos, agora, um exemplo da anáfora recategorizadora:

Exemplo (8)

T34 - 31 DE AGOSTO **Os primeiros exilados** retornam ao país. São **figuras importantes na política e na luta contra a ditadura** que voltam para o cenário nacional: Fernando Gabeira, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Betinho, Vladimir Palmeira e Luís Carlos Prestes, entre outros.

As expressões nominais “os primeiros exilados” e “figuras importantes na política e na luta contra a ditadura” funcionam como anáforas recategorizadoras, pois retomam o mesmo grupo de indivíduos por meio de novas predicações que atualizam e qualificam o referente. Trata-se, portanto, de uma anáfora que homologa a predicação, já que a descrição avaliativa é reafirmada e legitimada pela lista subsequente de nomes próprios. O efeito produzido é o de valorização desses sujeitos, que são introduzidos não apenas como personagens históricos, mas como agentes cuja trajetória está vinculada à resistência democrática.

Nesse movimento, observa-se também a atuação de um PDV afirmado, pois o MDP assume uma posição valorativa ao qualificar esses atores como “figuras importantes” e ao enquadrar seu retorno como um marco positivo da redemocratização. Essa escolha lexical orienta a interpretação do leitor, reforçando a legitimidade histórica e política desses indivíduos e colocando-os em uma memória coletiva que reconhece seu papel de resistência. Desse modo, a anáfora recategorizadora opera simultaneamente como estratégia textual e como mecanismo de construção memorial alinhado ao ponto de vista afirmado que estrutura a narrativa do MDP.

c) Modificadores avaliativos

Koch (2015) observa que a (re)construção dos referentes pode apresentar aspectos semântico-pragmáticos decisivos para a orientação argumentativa do texto. Entre esses aspectos estão os qualificadores ou modificadores avaliativos, expressões que revelam uma posição valorativa diante de um referente, indicando aprovação, reprovação, empatia ou distanciamento. Tais modificadores permitem compreender, de modo mais direto, o ponto de

vista assumido no texto. Apresentamos, a seguir, dois exemplos do *corpus* que ilustram avaliações de natureza positiva e negativa:

Exemplo (9)

T33 - 3 DE FEVEREIRO O manifesto "Em nome da verdade", publicado em diversos jornais de circulação nacional e assinado por 1.004 jornalistas, é **um protesto contra a versão de suicídio de Herzog e uma manifestação corajosa** contra a ditadura.

Exemplo (10)

T21 - Para combater os pequenos grupos guerrilheiros, as forças da repressão se avolumam, envolvendo o serviço secreto, recursos jurídicos e policiais e, é claro, militares e paramilitares. **Numa guerra desigual**, a resistência armada é totalmente destruída, dizimada. Milhares de pessoas são mortas, desaparecidas e presas.

Em T33, o MDP valoriza positivamente o ato dos jornalistas ao qualificá-lo como “um protesto contra a versão de suicídio de Herzog” e “uma manifestação corajosa”, expressão que atribui nobreza e resistência ética à ação coletiva, em contraste com o contexto de censura e violência. Já em T21, a expressão “guerra desigual” introduz uma avaliação negativa das ações repressivas, evidenciando o desequilíbrio de forças entre o Estado e os grupos de resistência.

Em ambos os casos, os modificadores avaliativos orientam a leitura, marcando o posicionamento político e ético do memorial diante dos acontecimentos narrados. Além de caracterizarem os referentes, essas escolhas lexicais contribuem para a construção de uma memória coletiva que valoriza a resistência e denuncia a repressão, reforçando o papel do MDP como espaço de reconstrução e transmissão de sentidos democráticos sobre o passado.

A análise dos pontos de vista e das estratégias de referênciação presentes na “Escalada da Repressão” evidencia que o MDP não apenas organiza informações sobre a ditadura, mas atua como produtor e mediador de memórias. Os recursos referenciais examinados através das anáforas por meio de expressões nominais, elipses, repetição e modificadores avaliativos constroem uma orientação argumentativa que convida o leitor a articular aquilo que o texto apresenta com aquilo que o próprio leitor já traz como repertório histórico-social.

E é nesse encontro entre as memórias semântica e episódica (inscritas nas escolhas discursivas do memorial e na percepção dos leitores) com a memória coletiva (compartilhada

por uma comunidade e sedimentada socialmente) que os sentidos se estabilizam, se deslocam ou se renovam. Em diálogo com Halbwachs (2013), compreendemos que a lembrança não se produz apenas pelo testemunho do outro: ela depende da existência de pontos de contato entre as representações que o texto convoca e aquilo que o leitor reconhece como parte de um saber comum.

Nesse processo, o ponto de vista desempenha um papel central, pois é por meio das escolhas referenciais, das predicações e da organização argumentativa que o MDP orienta a leitura e propõe determinadas interpretações sobre a ditadura. É justamente essa perspectiva enunciativa, advinda de um PDV afirmado, que atua como mediadora entre o conteúdo apresentado e o repertório de memórias já disponíveis no leitor, guiando-o a incorporar tais interpretações ao seu horizonte de significação.

Assim, o memorial só consegue reativar ou transformar lembranças sobre a ditadura porque opera sobre uma base partilhada de significações e, simultaneamente, projeta um PDV que busca reorganizar esse repertório. Nesse sentido, torna-se ainda mais evidente que o projeto discursivo do MDP é fazer com que os conhecimentos ali apresentados sobre o período migrem do plano da memória episódica para o da memória semântica, socialmente estabilizada, convertendo-se, por fim, em memória coletiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo uma análise textual e discursiva da linha do tempo “Escalada da Repressão”, localizada no Memorial da Democracia de Pernambuco. A partir desse recorte, buscou-se compreender de que modo o memorial, por meio da construção referencial nas legendas da linha do tempo, organiza pontos de vista que reconfiguram memórias sobre o passado ditatorial.

Ao longo da análise, constatamos que o MDP aciona um conjunto diversificado de estratégias de referenciamento para sustentar seu ponto de vista institucional, como elipse, catáfora e anáforas, além de modificadores avaliativos. Com base nesses achados, é possível responder à hipótese formulada na introdução. Observamos que o MDP efetivamente organiza pontos de vista que reconfiguram memórias sobre a ditadura, valendo-se da referenciamento como instrumento discursivo estruturante. O memorial constrói uma contranarrativa em relação às representações hegemônicas da ditadura militar no imaginário nacional e pernambucano, sobretudo aquelas que ainda ecoam o discurso “oficial” do regime.

A orientação argumentativa do MDP apresenta a ditadura militar como um período antidemocrático e violento, ao mesmo tempo em que sustenta a resistência pernambucana como uma ação legítima, necessária e digna de ser inscrita no mapa da memória nacional. Assim, a narrativa produzida não é apenas reativa ou denunciatória; ela se alinha a uma perspectiva pró-sociedade, como formula Manoel Moraes (2023), convocando o público para um compromisso ético com o passado.

No que diz respeito aos modos de organização do ponto de vista, embora a tipologia rabateliana distinga três categorias (representado, narrado e afirmado), não identificamos, no *corpus* analisado, ocorrências claras de PDV representado. Essa ausência evidencia uma escolha discursiva: o memorial privilegia majoritariamente uma voz avaliativa própria, possivelmente influenciada pelo trabalho investigativo da CEMVDHC, responsável pela constituição do acervo. Assim, a memória construída pela linha do tempo ancora-se em um discurso institucional que aposta na narração de outros enunciadores cujo PDV é consonante e assume, explicitamente, a responsabilidade de interpretar os acontecimentos e atribuir sentidos à ditadura militar.

Também constatamos que o MDP opera como espaço de disputa simbólica no qual linguagem e memória se articulam para produzir novos enquadramentos do passado, tanto para a leitura da linha do tempo quanto para a percepção desse momento histórico na sociedade. Ao reinscrever a ditadura como um evento histórico pautado por repressão

sistemática, violência de Estado e ataques à ordem democrática, o MDP atua como mediador da construção de uma memória coletiva democrática (Huyssen, 2014).

A “Escalada da Repressão”, ao estruturar-se como um movimento ascendente de violência, transforma o percurso do visitante em uma travessia pela tensão histórica de um período marcado por dor, luta e resistência. Cada legenda da linha do tempo não apenas informa, mas reconfigura discursivamente o passado, convocando o público a reconhecer continuidades, rupturas e os efeitos da repressão no tecido sócio-histórico brasileiro. Ao mesmo tempo, o memorial reafirma a relevância da história pernambucana nesse processo, evidenciando que, desde os primeiros dias do regime, foram o estado e seus cidadãos que protagonizaram importantes iniciativas de enfrentamento e defesa da democracia.

Vemos, então, que em um presente marcado por profundas disputas sobre o sentido do passado, o MDP insiste que reivindicar a memória não é gesto nostálgico, mas ato de responsabilidade coletiva. Assim, ao reinscrever esses acontecimentos no espaço pernambucano e oferecer ao visitante uma narrativa que articula saber histórico, memória coletiva e experiência sensível, a “Escalada da Repressão” sustenta-se na corda do equilibrista evocada na canção, destacando a possibilidade de não ceder ao esquecimento.

Nesse fio delicado entre dor e esperança, esquecimento e memória, passado e presente, esta monografia se encerra, ecoando o chamado que atravessa a obra, o memorial e o próprio trabalho de lembrar: “tem que continuar”.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **A noção de texto.** Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. Natal: EDUFRN, 2022.

ARQUIVO NACIONAL. **A história de ‘O Bêbado e a Equilibrista’, na voz de Elis Regina.** Memórias Reveladas, 03 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/noticias/a-historia-de-2018o-bebado-e-a-equilibrista2019-na-voz-de-elis-regina>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** 2. ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 261-306.

CARDOSO, Lúcia de Fátima Padilha. **Memorial da Democracia de Pernambuco Fernando Vasconcellos Coelho.** Museus de Pernambuco, [s.d.]. Disponível em: <https://www.museusdepernambuco.pe.gov.br/espaco/1997/#info>. Acesso em: 22 jun. 2025.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Revisitando o estatuto do texto. **Revista do GELNE**, Piauí, v. 12, n. 2, p. 56-71, 2010.

CORTEZ, Suzana Leite. **Referenciação e Construção do Ponto de Vista.** Dissertação (Mestrado em Linguística), 2003. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

CORTEZ, Suzana Leite. **A construção textual-discursiva do ponto de vista: vozes, referenciação e formas nominais.** Tese (Doutorado em Linguística), 2011. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CORTEZ, Suzana Leite. A representação de pontos de vista em reportagens de revista feminina. In: EMEDIATO, Wander (org.). **A construção da opinião na mídia.** Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. p. 293-315.

CORTEZ, Suzana Leite. Referenciação e ponto de vista: constituição de instâncias discursivas para orientação argumentativa na crônica de ficção. In: KOCH, Ingredore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referenciação e discurso.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022 [2005]. p. 317-338.

FIORIN, José Luiz. O delito semântico. In: FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964:** discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988. p. 18-138.

FIORIN, José Luiz. A respeito dos conceitos de debreagem e de embreagem: as relações entre semiótica e linguística. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, v. 15, n. 1, p. 12-38, 2022.

GEDOZ, Sueli; COSTA-HUBES, Terezinha da Conceição. A leitura do gênero discursivo memórias literárias a partir de um olhar bakhtiniano. **SIGNUM: Estudos Linguísticos**, Londrina, v. 2, n. 13, p. 253-273, 2010. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/6528>. Acesso em: 26 out. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008 [1985].

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2º ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **Os quadros sociais da memória**. Tradução de Antonio Fontoura. Curitiba: Antoniofontoura, 2023 [1925].

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas de memória. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. **D.E.L.T.A.**, v. 14, n. especial, p. 169-190, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/43402>. Acesso em: 28 out. 2025.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Lingüística textual: quo vadis?. **D.E.L.T.A.**, v. 17, n. especial, p. 11-23, 2001.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referenciação e discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022 [2005]. p. 33-52.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MEMORIAL da Democracia de Pernambuco – Fernando de Vasconcellos Coelho. Recife: Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco, 2022.

MONDADA, Lorenza. Gestion du topic et organisation de la conversation. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 41, p. 7-35, 2001.

MONTE, Michèle. Entre autor e locutores, o enunciador textual: conceito inútil ou figura-chave?. In: CAVALCANTE, Monica Magalhaes; BRITO, Mariza Angélica Paiva; MARTINS, Mayara Arruda (orgs.). **Texto, Tecnodiscursividade e Enunciação**: Traduções - Volume 2. Tradução de Evandro de Melo Catelão. Campinas: Pontes Editores, 2023. p. 101-131.

MORAES, Manoel. **A importância histórica do Memorial da Democracia de Pernambuco**. Entrevistado por Flávio Brayner. Recife: Rádio Paulo Freire, 4 abr. 2023. Podcast. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/rpf/2023/04/04/a-importancia-historica-do-memorial-da-democracia-de-pernambuco>. Acesso em: 19 set. 2025.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Tradução de Yara Aun Khoury.

PERNAMBUCO. **Lei nº 14.688, de 1.º de junho de 2012**. Institui a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara, cria o Memorial da Democracia de Pernambuco – Fernando de Vasconcellos Coelho, e dá outras providências. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1 jun. 2012. Disponível em:

<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=14688&complemento=0&ano=2012&tipo=&url=#:&text=LEI%20N%202014.688%2C%20DE%201%20e%20Verdade%20Dom%20Helder%20C%C3%A3mara>. Acesso em: 19 nov. 2025.

PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. **Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara**: relatório final. Vol. 1. Recife: CEPE, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/estaduais/CEV_PE_Relatorio_final_vol_1_Web.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.

RABATEL, Alain. **Homo Narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. Volume 1 - Pontos de vista e lógica da narração teoria e análise. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi e João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Severino Vicente da. **Pernambuco contemporâneo (1964-2002)**: ditadura militar e reencontro democrático. Recife: Editora UFPE, 2024.

TAVARES, Luis Antonio *et al.* Linha do tempo interativa no ensino de história. **Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, v. 8, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3522>. Acesso em: 11 out. 2025.

APÊNDICE A - FACHADA DO MEMORIAL DA DEMOCRACIA DE PERNAMBUCO



Fonte: Acervo pessoal da autora.

APÊNDICE B - FOTOGRAFIA DA SALA “ALMA PERNAMBUCANA”



Fonte: Acervo pessoal da autora.

APÊNDICE C - FOTOGRAFIA DA SALA “RESISTÊNCIA E INSUBMISSÃO”



Fonte: Acervo pessoal da autora.

APÊNDICE D - FOTOGRAFIA DA SALA “LUTAS CONTRA A ESCRAVIDÃO E PELA LIBERDADE”



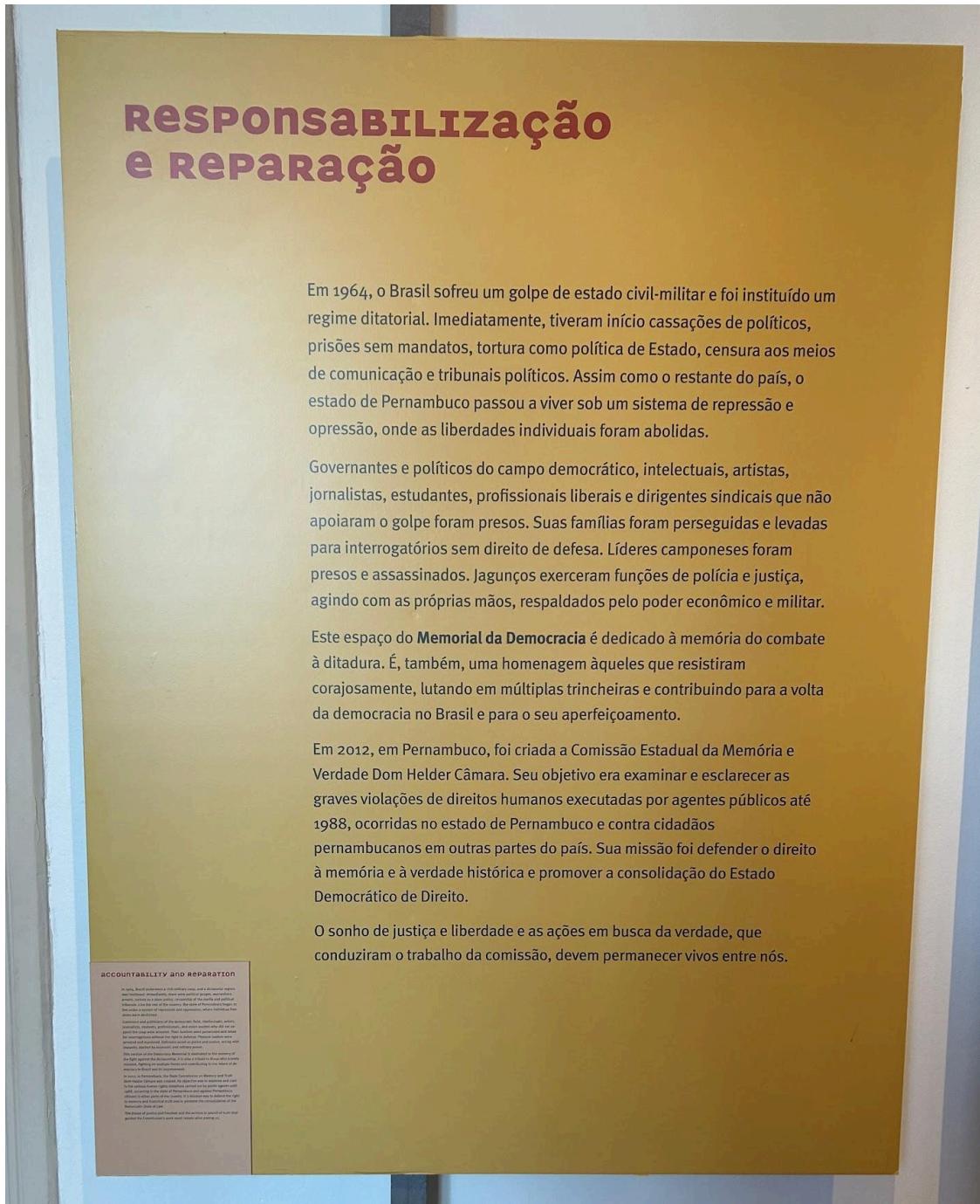
Fonte: Acervo pessoal da autora.

APÊNDICE E - FOTOGRAFIA DA SALA “DIREITOS, EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS”



Fonte: Acervo pessoal da autora.

APÊNDICE F - PLACA DE APRESENTAÇÃO DA SALA “RESPONSABILIZAÇÃO E REPARAÇÃO”



Fonte: Acervo pessoal da autora.